

“Pequenos agricultores perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas, Campinas, virada do século XVIII para XIX”

Laura Candian Fraccaro¹

Apresentação – Campinas para além do café

A cidade de Campinas, localizada na Província de São Paulo e outrora chamada de Vila de São Carlos, ficou conhecida por sua larga produção de café ao longo do século XIX. Essa fama não se deu de forma gratuita. A produção de café tornou-se amplamente lucrativa ao longo da segunda metade do século XIX que muitos habitantes que buscavam enriquecer deixaram suas plantações de alimentos para se dedicarem ao plantio e manufatura do grão.²

A importância do café na história de Campinas ficou gravada no epíteto que segue seu nome “A princesa d’oeste”, em uma referência à localização da cidade em relação ao Rio de Janeiro, um dos centros de produção mais importantes do Brasil no século XIX. O epíteto ainda a riqueza e o poder que a produção de café havia levado ao local. Entretanto, entre a elevação de Campinas à vila até a larga produção do café, houve quase um século de histórias. Antes de ser conhecida como “princesinha d’oeste” devido o café, Campinas possuía uma significativa produção de açúcar. Esta comunicação tem como objetivo analisar como se deram as relações entre os produtores de alimentos que se estabeleceram no local com os produtores de açúcar e os subsequentes conflitos e alianças que se engendraram. Para tal, esse artigo será dividido em duas partes: as primeiras décadas no qual centro a análise nas estratégias formuladas pelos pequenos produtores para se estabelecerem na vila e manterem suas roças. A segunda parte trata das mudanças na composição da população devido o avanço da produção de açúcar.

Foi utilizado o método de ligação nominativa cuja proposta é seguir os indivíduos em diversas fontes a fim de resgatar suas trajetórias, seus laços sociais e suas estratégias. Inicialmente, foram coletados nomes de produtores de alimentos nas Listas de Habitantes, também chamados de Maços de População. Esses nomes foram cruzados

¹ Doutoranda em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Robert W. A. Slenes e financiamento da FAPESP. (lauracfraccaro@gmail.com)

² MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e de ante-ontem: quadros históricos menos conhecidos da cidade-Princesa, que se traçaram tendo como base documentos inéditos do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas*. Campinas:Ed Maranata, 1970, p.39.

com a base do Tribunal de Justiça de Campinas com o objetivo de se encontrar qualquer documentação, como processos e inventários, que auxiliasse a entender as estratégias desses produtores e os significados de terem a terra expropriada. Além desse procedimento, proponho também acompanhar os indivíduos pelos Maços Populacionais para que mudanças em seu domicílio possam revelar como a família e a parentela reformulavam-se frente às mudanças pelas quais a vila passava.

1. De Paragem a destino de morada: primeiras décadas de chegadas e roças.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso foi fundada em 1774. Localizava-se em um ponto estratégico do Caminho das Minas dos Goyazes, que conduzia viajantes e tropeiros pelas Capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e se estendia à região aurífera. Ainda pouco conhecida pela Coroa, a região mais a oeste de Campinas era denominada de Goyas.³ Sua localização e a distância que possuía entre as cidades mais próximas tornaram a paragem de Campinas um ponto importante para o descanso de viajantes e tropas. Esse ponto estratégico foi salutar para motivar a elevação de paragem para a vila feita por Morgado de Matheus. De acordo com Santos, Matheus tinha como objetivo aproveitar da localização de Campinas para intensificar o controle tributário e diminuir o contrabando. Tinha ainda como parte de seu plano, aumentar o povoamento da região, evitando, desta maneira, um possível avanço dos espanhóis.⁴ Morgado de Matheus para incentivar o povoamento concedia terras, ferramentas e isenção do serviço militar. Esse incentivo foi sentido nas duas décadas que se seguiram da fundação da freguesia, em 1774, até sua elevação à vila em 1797. A população passou de 475⁵ habitantes para 2418.⁶

³ SANTOS, Antonio Costa. *Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*, Campinas: Editora Unicamp, 2002, pp.67-70.

⁴ Santos, pp.76-77.

⁵ TEIXEIRA, Paulo E. “Padrões demográficos da população em Campinas, 1765-1830”. In: XVII Encontro Regional de História, 2004, Campinas –São Paulo. ANAIS DO XVII Encontro Regional ANPUH, 2004, p.03.

⁶ Os dados de 1797 foram calculados a partir dos Maços Populacionais de Campinas sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo e disponível no domínio: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macos_populacao. (acessado pela última vez em 31/03/2015)

Não seria, no entanto, apenas os incentivos locais providos pela Coroa portuguesa os únicos responsáveis pelo aumento populacional na vila de São Carlos que sucederiam décadas mais tarde. Peter Eisenberg assinalou a importância das mudanças no mercado internacional do açúcar para a história de Campinas. Com a Revolução Haitiana e a Guerra de Independência Estadunidense,⁷ os preços do açúcar subiram e a competição entre os produtores tornou-se reduzida, permitindo que novos indivíduos se arriscassem no mercado internacional, especialmente os da Capitania de São Paulo.

Campinas não atraiu somente pessoas interessadas em investir no cultivo de açúcar. O aumento populacional indica que uma sorte de pessoas dirigiu-se à freguesia para aproveitar a fronteira aberta em expansão que se formava. O preço baixo dos cativos no início do século XIX⁸ contribuíram para que também pequenos produtores, incluindo os de alimentos, pudessem investir em sua escravaria e, desta maneira, aumentar a produção. Outro fator que impulsionou a migração à Campinas foi o próprio estabelecimento das pessoas, suas roças e plantações. Como apontado por Bacellar, não havia maneiras de saber se um solo era fértil previamente.⁹ A qualidade era medida através da presença de pessoas e seus cultivos. Se alguém tinha iniciado um plantio e dele colhido produções boas, a terra era própria para plantar. A presença de agricultores já era um indicativo de sua qualidade.

Fluxos migratórios tão diferentes poderiam ser ora complementares, ora rivais. Os produtores de alimentos poderiam encontrar em engenhos vizinhos, mercado consumidor para seus produtos, assim como oportunidades sazonais de trabalho. Os plantadores de cana-de-açúcar e donos de engenho poderiam assegurar as fronteiras de suas propriedades permitindo que alguns produtores morassem em suas divisas. Por outro lado, as terras dos pequenos produtores eram frequentemente invadidas, uma vez que, depois de derrubada a mata de uma propriedade, essa passava a valer duas vezes mais.¹⁰ Os grandes produtores ao invadir áreas já desmatadas deixavam de investir o trabalho de seus escravos na derrubada de árvores, uma atividade bastante perigosa. Além de assegurar a vida de seus escravos, entrando em terras já ocupadas não

⁷ EISENBERG, Peter. “Transformações na agricultura paulista”. In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 317.

⁸ FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

⁹ BACELLAR, Carlos. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997, p.120.

¹⁰ DEAN, Warren. Ecological and Economic Relationships in Frontier History: São Paulo, Brazil. In: WOLFSKILL, George; PALMER, Stanley. (eds.) *Essays on Frontiers in World History*. College Station, TX: Texas A & M University Press, 1983, pp.85-86.

precisavam pagar¹¹ ou esperar por esse serviço. Somado a isso, o cultivo de cana e a produção de açúcar tomavam uma grande área que sempre estava em expansão. Manter a queima de madeira para fazer o açúcar demandava a derrubada regular de madeira e, portanto, o avanço da propriedade sobre florestas, passando por áreas vizinhas.

Ainda que a relação entre produtores de alimentos e plantadores de cana pudessem ser complementares, o esforço de assegurar o plantio e permanecer na vila apesar do avanço da produção de açúcar pareceu ser uma constante entre os agricultores de pequeno porte.

Em 1801, Ana de Brito aparece como moradora da vila de São Carlos nos Maços Populacionais. Foi descrita como agricultora com mais de dez filhos, poucos em idade de trabalho.¹² Moradora, originalmente, de Atibaia, Ana de Brito mudou-se para Campinas como parte de sua família fizera anos antes.¹³ Ao se estabelecer na vila de São Carlos, escolheu começar sua roça no mesmo bairro no qual sua mãe e padrastrós moravam. Outras duas irmãs de Ana Brito também moravam na vila, mas em bairros diferentes.¹⁴ A estratégia da pequena agricultora em mudar-se para um local onde pudesse encontrar familiares e conhecidos que pudessem oferecer ajuda parece ter se repetido em outras trajetórias. O deslocamento através da fronteira que se movia era menos perigoso e difícil com apoio de redes de solidariedade. Para Ana, a ajuda vinda de sua mãe e padrastró deve ter sido vital até obter os frutos de sua primeira colheita. Como tinha muitos filhos para sustentar, contar com qualquer ajuda logo em sua chegada seria a diferença entre iniciar um roçado e ‘pedir esmolas’.

Graças a um processo movido por Ana, foi possível saber mais informações sobre sua trajetória na vila.¹⁵ Ana iniciou esse processo quando tentou vender as terras nas quais cultivava há quase três décadas e descobriu que pertenciam a Ignácio Cabral. O processo iniciado em 1829 resgata a experiência vivida por sua mãe e por Ana desde a primeira roça de cada uma delas. A história de Ana e sua mãe revelam um sistema de expropriação sistemática de terras por parte dos grandes produtores.

¹¹ A especialidade desse trabalho fica evidente na descrição de profissões nos Maços Populacionais como: “rolador de madeira” e “derruba madeiras”, por exemplo. Cf: Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Campinas, 1816, p. 8, 10, 16, 20.

¹² Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de população, Campinas, 1801, fogo 250, Ana de Brito.

¹³ Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de população, Atibaia, 1798, fogo 120, Ana de Brito.

¹⁴ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Autor: Joaquim Pires Britto, Ré: Apolinária Brito, Ação: Inventário, Ano: 1817, Of:1º P:478. Autor: Pedro Nunes de Moraes, Ré: Quitéria Brito, Ação: Inventário, Ano: 1812, Of:1º P:271.

¹⁵ Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, Tribunal de Justiça de Campinas, Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1º P:1210.

Ainda na década de 1800, o pai de Ignácio Cabral havia comprado a área na qual se situava a roça da mãe de Ana e do padrasto. Essa área, de acordo com Ignácio, fazia divisa com a terra de seu pai e, por tal motivo, seu pai a havia comprado em leilão por dívidas. Rita e Narciso, mãe e padrasto de Ana, não conseguiram pagar os impostos referente a sua produção de milho e pediram ajuda a um de seus genros que prontamente levou um cavalo para quitar a dívida apontada pelo Alferes. O cavalo foi recusado e em uma ação tortuosa formulada pelo pai de Ignácio e o Alferes da vila, a terra foi leiloada em um evento fechado no qual apenas o pai de Ignácio compareceu. É interessante ressaltar que, em nenhum momento ao longo do processo, Ignácio contradiz essa informação. Defendeu-se apenas dizendo que se tivesse mesmo acontecido, já estaria prescrita e que Ana não teria direito à posse. Ana recorreu aos membros de sua família para testemunharem ao seu favor, mas não conseguiu se manter em sua posse. Sem direito à terra, Ana, seguindo o mesmo caminho que sua mãe e com pouco mais de setenta anos foi morar ao lado de seu filho mais velho. Rita, mãe de Ana, e seu marido logo que perderam a roça foram morar com uma de suas filhas, evitando assim, que a situação piorasse. Duas gerações que iniciaram seus plantios em uma área comum viram seus destinos tomarem caminhos muito parecidos.

Por todo o processo, as relações familiares descritas foram essenciais na tentativa de manutenção da roça. A ajuda de um dos genros em prontamente quitar a dívida e evitar o leilão, ainda que mal sucedida, mostra o quão importante essas relações eram para esses pequenos agricultores se manterem. Inseridos em uma rede de solidariedade, esses produtores traçavam estratégias para se estabelecerem em uma zona de fronteira. Ana certificou-se de mudar-se para a vila de São Carlos para junto de sua família, o que lhe renderia a ajuda de seus parentes nos testemunhos dos processos e na acolhida após a saída de sua terra.

As relações familiares mostraram-se essenciais para a manutenção da sobrevivência, como no caso de Ana no momento de sua chegada à vila e na saída de sua roça. Também parecem ter sido fundamentais para os indivíduos que planejavam mudar-se para uma zona de fronteira em expansão. Para José de Souza Martins, a fronteira seria o espaço de encontros nem sempre amigáveis. O encontro entre pequenos agricultores e indígenas, entre caipiras e grandes senhores¹⁶ poderiam guardar surpresas

¹⁶ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, SP*, 8(1): 25-70, maio 1996, p. 26-27.

que seriam amenizadas com a presença de uma rede solidariedade. Na descrição de um pedido de sesmaria localizada em Jundiá, são inúmeros os encontros e conflitos descritos.

“achando-se (...) um quilombo de negros, foi o suplicante instado por várias pessoas daquela vila e principalmente pelo vigário que então era o Padre Ignacio Paes, para que mandasse pelos seus escravos descortinar os matos daquele sertão até invadir o dito Quilombo, que se achava impenetrável. E por aquele mato em distância de uma légua se achava de tal forma dificultoso de se penetrar e trancado que, consumiu mais de três meses de serviço e apenas se conseguiu, fazendo-se caminho quando os negros do dito Quilombo se afugentaram, aí encontrando somente os ranchos e vestígios. Mandou o suplicante estabelecer morada (...) e porque mandando o suplicante fazer (...) uma roça por seus escravos se não pode esta queimar e plantar por causa das águas, retirando-se os ditos escravos para voltarem quando fosse tempo, soube que se foi meter na dita roçada uma mulher pobre e que a plantava; e nestas circunstâncias pedia lhe concedesse por sesmaria na dita paragem...”¹⁷

Além do encontro com quilombos e indígenas, havia o trabalho extenuante de derrubada de mata para o estabelecimento de uma morada e uma roça. Os três meses que levaram os escravos para abrir caminho em uma mata virgem fazia parte da preparação do solo para iniciar o plantio. A mulher pobre que adentrou a futura sesmaria aproveitou a oportunidade de encontrar uma área já desmatada para iniciar sua roça. Apesar da grande disponibilidade de terras, a procura centrava-se nas áreas desmatadas e demonstrativamente férteis. O pedido de sesmaria traz ainda o método empregado para fazer uma roça “queimar e plantar” que foi impedido de ser feito devido as chuvas que se iniciaram. A queimada deveria ser feita logo após a derrubada das plantas e pouco antes da chuva para que os nutrientes pudessem atingir o solo e garantir uma boa colheita.¹⁸ O início de uma plantação em área não desmatada exigia habilidade, esforço e bastante mão-de-obra.

Além de contar com a família no momento de alguma dificuldade financeira ou quando se perdia a terra, mudar-se com a família apresentava-se como uma estratégia garantida de trabalho coletivo. Entre os anos de 1799 e 1801, onze grupos familiares adentraram a sesmaria de Jose da Costa Gavião. Três desses grupos eram relacionados por sangue ou por casamentos.¹⁹ A presença de “filhos”, “genro” e “camaradas” foi descrita por vezes nos processos como presenças frequentes na derrubada de matos e nas roças de milho. O fato de todas essas pessoas entrarem nas terras de Gavião ao

¹⁷ Estado de São Paulo. Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. “Repertório das Sesmarias”. São Paulo: A divisão, 1994, p.28, L.22 Fls.111.

¹⁸ DEAN, W. *Op.cit.*, p.90.

¹⁹ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Ofício: 1, Processos: 9546, 9562, 9557, 9544, 019, 021, 9567, 9543, 9564, 029, 030.

mesmo tempo pode indicar que sabiam o quão difícil era iniciar uma roça sozinhos ou com a ajuda de poucas pessoas.

Diferente da mulher pobre que começou uma roça em Jundiá em uma área que estava prestes a ser ocupada, essas onze famílias entraram em terras ainda não cultivadas e cujo proprietário morava em São Paulo. Se esses agricultores recém-chegados sabiam dessa informação ou não, é bastante difícil afirmar com certeza. No entanto, um dos acusados por Joaquim Costa Gavião tinha família e conhecidos na vila, que poderiam saber da qualidade da terra e da facilidade de não ser ocupada. De fato, Gavião, apesar de ter ido à justiça no ano de 1800 contra os invasores, não conseguiu retirar boa parte deles até o ano de 1811 de acordo com os registros dos processos.

A importância dos laços familiares para a manutenção de riquezas e propriedade foi e é parte de uma ampla bibliografia cujo objetivo é reconstituir as estratégias de famílias abastadas para assegurar seus espólios. São muitas as estratégias utilizadas por esses grupos familiares: casamento dentro da família, divisão de bens ainda em vida, prioridade de alguns herdeiros e não-desmembramento de propriedades.²⁰ Da mesma forma que as famílias dos setores mais ricos engendravam estratégias para manterem suas riquezas, os setores mais baixos construía formas de evitar perder suas plantações e suas terras e compartilhavam suas experiências e planejamentos para tentarem assegurar, no mínimo, sua subsistência.

1. A plantação de açúcar e as mudanças na composição da sociedade

Atraídos por incentivos da Coroa e pela cessão de terras, muitos produtores de açúcar se estabeleceram na vila de São Carlos. A presença dos produtores desse gênero muito cedo transformaria a composição social da freguesia da Vila de São Carlos. Se compararmos a composição dos domicílios no primeiro Mapa Populacional, em 1779, com o Mapa da Freguesia recém elevada, já é perceptível a mudança.

²⁰ BACELLAR, Carlos. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997.

Tabela1: Escravos e domicílio, 1779

<i>1779</i>			
<i>Escravos</i>	<i>Nº de domicílios</i>	<i>% total de domicílios</i>	<i>% de escravos total</i>
0	42	61,76%	--
1	9	13,23%	8,91% (09)
2-5	11	16,17%	31,68% (32)
6-10	4	5,88%	29,7% (30)
11-20	2	2,94%	29,7% (30)
21-30	0	0	--
31-40	0	0	
41-50	0	0	

Tabela 2: Escravos e domicílio, 1797

<i>1797</i>			
<i>Escravos</i>	<i>Nº de domicílios</i>	<i>% total de domicílios</i>	<i>% de escravos total</i>
0	248	75,379%	0
1	15	4,559%	2,65% (15)
02 -05	32	9,726	17,137% (97)
06 -10	15	4,559	19,434% (110)
11 -20	15	4,559%	35,86% (203)
21-30	1	0,303	4,06% (23)
31-40	1	0,303	5,47% (31)
41-50	2	0,303	15,37% (87)

No início da história da vila de São Carlos, os senhores com até cinco escravos detinham pouco mais de 40% de toda escravaria da cidade. Quase duas décadas depois esse mesmo grupo concentrava menos de 20% enquanto os senhores com mais de 21 escravos possuíam 24,9%. Houve um processo de concentração de mão de obra escrava nos senhores de maior escravaria. Os domicílios de indivíduos com nenhum escravo tiveram uma representação maior no ano de 1797, passando de 61,76% da população para 75,79%. É interessante apontar que os indivíduos proprietários de um escravo diminuíram a sua representação em relação a todos os senhores, caindo de 13,23% para 4,59%.

A concentração de escravos mostra que a composição dos produtores agrícolas estava se alterando drasticamente na Vila de São Carlos. Em 1801, os fogos com menos de 10 cativos continham 27,2% da população escrava. Os fogos com mais de 50 escravos que antes não existiam na freguesia aparecem no ano de 1801 concentrando 10,2% da população de cativos.²¹

Para os pequenos produtores de alimentos, essa concentração de escravos em grandes plantéis pode ter interferido em sua permanência na vila de São Carlos. Os senhores de grandes escravarias também plantavam alimentos para o consumo de seu domicílio e por vezes declaravam nos recenseamentos vende-los, aumentando, assim a competição com os pequenos produtores.

Nas décadas posteriores, a população continuaria a crescer, passando em 1814, a 4893. A população escrava que em 1797 representava pouco mais de 24% da população, em 1814, passou a 38,68% dos habitantes da vila de São Carlos.²² Essa situação se tornaria ainda mais aguda entre o período de 1814-1829, quando o crescimento da população escrava superaria o da população livre. Para Teixeira, o baixo crescimento do número de livres e a representatividade de domicílios com uma pessoa apenas, sem família e com escravos se creditavam a “uma grande evasão de casais com filhos” da vila.²³

A produção de açúcar, que no ano de 1829 atingiu a quantia de 120 mil arrobas na vila de São Carlos, afetou não somente a permanência de famílias como também transformou a composição das atividades dos domicílios. Martins, em seu livro *Nem senhores, nem escravos*, relata uma manutenção no número de fogos de pequenos agricultores. Os domicílios que plantavam alimentos somavam 314 em 1800 e, em 1829, apesar do aumento populacional eram apenas 317.²⁴ A representatividade dos domicílios que tinham como principal atividade reduziu durante esse período caindo de 66% para 32%.²⁵ Pode-se aventar a hipótese de que além de uma saída de famílias da vila de São Carlos, como afirmado por Teixeira, houve uma debandada de famílias

²¹ SLENES, Robert W. A., *Op. cit.*, p.79.

²² Dados retirados de TEIXEIRA, Paulo E. *Açúcar, escravidão e chefes de domicílios: Campinas, 1765 a 1829*. African slavery in the Americas: the Brazilian experience, XIII Congresso Internacional de História Econômica – IEHA, Buenos Aires, 2002, disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/ieha-2002.pdf, p.09 .

²³ TEIXEIRA, P. *Op.cit.*, p, 14.

²⁴ MARTINS,Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*, Ed. CMU/Unicamp, p.40.

²⁵ FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, 2012, p.71.

produtoras de alimentos. Como os engenhos e plantadores de cana também produziam alimentos, a competição para a venda de gêneros alimentícios pode ter se tornado intensa, fazendo com que as famílias procurassem em outras vilas a chance de se sustentar.

O tombamento de bens rústicos do ano de 1818²⁶ é bem revelador do tipo de mudança que ocorria em Campinas e auxilia a mostrar a concentração de terra e de mão de obra escrava pelos produtores de açúcar. Esse documento reunia todos os declarantes que possuíam terras na cidade. O livro de tombamento de bens rústicos reunia informações sobre a extensão da terra, se estava sendo cultivada e a quantidade de escravos empregados. Para um estudo mais aprofundado, foi cruzado o nome dos indivíduos com um banco de dados que reúne os nomes dos chefes de domicílios listados nos Mapas de População, seus cônjuges e descendentes.²⁷ Há 289 registros no total, porém alguns indivíduos tinham mais do que uma propriedade, como o senhor de engenho Luís Antonio que possuía cinco registros. Retirando, as repetições, sobram 281 registros. Ao todo, 39 proprietários não foram encontrados na lista de 1816 ou 1818 ou ainda tinham muitos homônimos que impediam a identificação. Retirados esses da análise, restaram 242 indivíduos entre homens e mulheres que relataram possuir um bem de raiz.

Primeiramente, percebe-se que a maioria das profissões dos indivíduos que registraram seus imóveis era “agricultor.” Foi considerado também agricultor para esse estudo aqueles cabeças de domicílios que declararam nada terem colhido. Considerei agricultores, quando os Maços não indicavam, aqueles que plantavam alimentos, produziam toucinho ou criavam capados. Aos senhores de engenho e plantadores de cana foram adicionados aquelas pessoas que estavam iniciando um engenho, estavam plantando cana, mas não haviam colhido. Outras profissões apareceram, como demonstra a tabela abaixo:

²⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Tombamento de Bens Rústicos, 1818.

²⁷ Até o presente momento, o banco reúne apenas os Maços Populacionais dos anos de 1779,1799,1816 e 1818. Foi utilizado o programa *Epi-Info* para que a busca por partes de nomes e sobrenomes pudesse ser feita e, desta maneira, dar seguimento à pesquisa nominativa.

Tabela 3: Bens Rústicos- profissões e escravaria

	<i>Agricultor</i>	<i>Cana</i>	<i>Tropa</i>	<i>Não consta</i>	<i>Padre</i>	<i>Jornal</i>	<i>Morador novo/pobre</i>	<i>Ofício</i>	<i>Comerc.</i>	<i>Total</i>
Quantia	146	62	12	11	1	3	4	2	1	242
	60,33%	25,61%	4,95%	4,54%	0,41%	1,23%	1,65%	0,82%	0,41%	
Escravos	194	1783	35	31	1	0	0	4	0	2048
	9,47%	87,06%	1,70%	1,51%	0,04%	0%	0%	0,19%	0,04%	

É importante ressaltar que apesar de constituírem a maioria dos registros feitos, os agricultores possuíam menos de 10% da escravaria total. Os indivíduos que plantavam cana, fabricavam aguardente ou rapadura concentravam quase 90% de toda a escravaria, enquanto constituíam um grupo de pouco mais de 25%. Em análise feita sobre o Tombamento de bens rústicos, Teixeira afirma que 34 senhores de engenho possuíam mais de 40% da área registrada.²⁸ Não somente concentravam a maior parte da escravaria, mas também possuíam uma expressiva parcela das terras que compunham o Tombamento. A baixa representatividade da escravaria possuída pelos agricultores é um indício de que o mercado local não estava propício para eles. Diferente de cidades como Cunha²⁹, por exemplo, esses produtores não tiveram nem a chance de construir grandes propriedades e escravarias produtoras de alimentos. Foram solapados do mercado local como demonstram os dados coletados nos Maços Populacionais e no Tombamento de Bens Rústicos.

Para Luna e Klein, a concentração da escravaria por parte dos produtores de exportáveis poderia ser fatal para os produtores de alimentos. Em estudo de caso sobre Jacareí, os autores apontam para o fato dos produtores de café terem assumido a produção também de alimentos, dificultando a permanência desses últimos no mercado local.³⁰ O caminho parece ter sido seguido também pelos produtores de açúcar que se estabeleceram em Campinas.

Conclusão

O avanço dos produtores de açúcar pode ser percebido em duas frentes: na expulsão de pequenos produtores de suas terras e na competição na venda de gêneros

²⁸ TEIXEIRA, Paulo E. “O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854”. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2008, p.4.

²⁹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século XIX. Estudos Econômicos, vol.40, n° 2, jun. 2010, p. 295-317.

³⁰ LUNA, Francisco V. KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750-1850*. Edusp, 2005,p.304.

alimentícios no mercado local. É necessário apontar que os processos referentes à disputa de propriedades em Campinas para o século XIX concentraram-se em sua maioria no restrito período de 1801-1829. São ao todo 89 ações, sendo 55 localizadas no intervalo mencionado. Como uma última tentativa de se manter cultivando, os produtores, assim como Ana Brito moviam ações. Outros nem cogitavam entrar em uma querela judicial com medo de se endividarem ou morrerem³¹ e seguiam para outras vilas. Em pouco mais de vinte anos após a elevação de Campinas à vila, os pequenos agricultores passaram a ocupar um espaço pouco significativo na economia local. As terras e a escravaria concentravam-se nas mãos dos produtores de açúcar, deixando poucas oportunidades para os agricultores de alimentos.

³¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Trad. Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.36.

Bibliografia

- BACELLAR**, Carlos. Os senhores da terra. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- BASSO**, Rafaela. A cultura alimentar paulista : uma civilização do milho? (1650-1750), (dissertação de mestrado), Campinas: Unicamp, 2012.
- DEAN**, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Trad. Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEAN**, Warren. Ecological and Economic Relationships in Frontier History: São Paulo, Brazil. In: WOLFSKILL, George; PALMER, Stanley. (eds.) *Essays on Frontiers in World History*. College Station, TX: Texas A & M University Press, 1983.
- EISENBERG**, Peter L., *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- FRACCARO**, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, 2012.
- FRANK**, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.
- LUNA**, Francisco Vidal e **KLEIN**, Herbert S. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século XIX. Estudos Econômicos, vol.40, nº 2, jun. 2010, p. 295-317.
- LUNA**, Francisco V. **KLEIN**, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750-1850*. Edusp, 2005.
- MARIANO**, Júlio. *Campinas de ontem e de ante-ontem: quadros históricos menos conhecidos da cidade-Princesa, que se traçaram tendo como base documentos inéditos do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas*. Campinas: Ed Maranata, 1970, p.39.
- MARTINS**, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*, Ed. CMU/Unicamp, p.40.
- MARTINS**, José de Souza. *O Cativo da Terra*, 2ª edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1981.
- MARTINS**, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, SP, 8(1): 25-70, maio 1996.
- PUPO**, Celso Maria de Mello. Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1983,
- SANTOS**, Antonio Costa. *Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*, Campinas: Editorada Unicamp, 2002, pp.67-70.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850”. *In*: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. ANAIS DO XIII ABEP, 2002.

_____. *Açúcar, escravidão e chefes de domicílios: Campinas, 1765 a 1829*. African slavery in the Américas: the Brazilian experience do XIII Congresso Internacional e História Econômica – IEHA, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/ieha-2002.pdf> . Acesso em: 20/02/2015.

_____. “Padrões demográficos da população em Campinas, 1765-1830”. *In*: XVII Encontro Regional de História, 2004, Campinas –São Paulo. ANAIS DO XVII Encontro Regional ANPUH, 2004, p.03.

_____. “O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854”. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2008,